



## **AJUSTE DIRETO N.º 54CM/ANSR/2024**

**Aquisição de serviços de impressão, scanners e manutenção**

**CPV – 79800000-2 – Serviços de impressão e afins**

**CONVITE**

Pela presente, vimos convidar a vossa empresa a apresentar uma proposta, com os seguintes preceitos de contratação pública.

### **1. Entidade adjudicante**

A Entidade Adjudicante é a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), pessoa coletiva n.º 600082563, com sede na Av. Casal de Cabanas, n.º 1, 2734-507 Barcarena.

### **2. Órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa**

Nos termos supramencionados e nos melhores de direito, nomeadamente nos termos conjugados do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e na alínea a), do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência para autorizar a respetiva despesa é do Senhor Chefe de Divisão da DADO, ao abrigo do Despacho n.º 9117/2022, de 13 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª Série, Parte C, n.º 143, de 26 de julho de 2022.

### **3. Objeto**

- 3.1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de impressão, scanners e manutenção, conforme especificidades elencadas no caderno de encargos.
- 3.2. A presente aquisição encontra-se classificada no vocabulário comum 79800000-2 – Serviços de impressão e afins.

### **4. Decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho pelo Senhor Chefe da Divisão de Apoio e Desenvolvimento Organizacional( DADO) da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Dr. Nuno Miguel Cunha dos Santos, em 10/01/205, no âmbito das suas competências.

### **5. Fundamentação da escolha do procedimento**

O procedimento para a formação deste contrato de aquisição de serviços é o ajuste direto ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP.

## 6. Prazo e modo de apresentação de propostas

- 6.1. As propostas e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, até às 23:59 horas do 3º (terceiro) dia a contar da disponibilização do convite, diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública disponibilizada pela AcinGov, no endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- 6.2. A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue ao convidado um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 6.3. O interessado deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta e documentos que as acompanham, bem como, para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à INTERNET de que dispõe, uma vez que todo esse processo só será aceite, caso tenha sido realizado no portal disponibilizado para o efeito e até à data e hora definida para a apresentação da proposta.
- 6.4. A proposta, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado e assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 6.5. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, o convidado tem de submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

## 7. Esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri, e serão prestados nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP.

## 8. Documentos da proposta

- 8.1. A proposta, sob pena de exclusão, deve ser constituída pelos seguintes documentos:
- 8.1.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborado em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do presente convite e do CCP (alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP);
- 8.1.2. Proposta, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado, a ser elaborada em conformidade com o modelo de **Anexo II** do presente convite (alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP).

8.2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 58.º do CCP.

8.3. Sem prejuízo de outros fundamentes, são excluídas as propostas que adicionem, suprimam ou alterem estipulações sobre repartição do risco, cumprimento e incumprimento ou responsabilidade, bem como outras que sejam consideradas variantes ou condicionadas.

## **9. Prazo de manutenção da proposta**

O prazo de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias.

## **10. Documentos de habilitação**

10.1. Os documentos de habilitação exigíveis ao adjudicatário nos termos do artigo 81.º do CCP, como a comprovação do registo no RCBE (cfr. Previsto no n.º 1 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 5.º do RJRCBE), deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação.

10.2. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 1(um) dia útil para a respetiva supressão.

## **11. Caução**

Não será exigida a prestação de caução, nos termos da alínea a), do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

## **12. Contrato**

O contrato será reduzido a escrito nos termos conjugados dos artigos 94.º e 96.º do CCP, sendo a minuta do contrato notificada ao adjudicatário, com vista à sua aceitação ou eventual reclamação, nos termos dos artigos 100.º e seguintes do CCP.

A outorga do contrato terá lugar no prazo máximo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação da mesma, nos termos do n.º 1 do artigo 104.º do CCP.

## **13. Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e, subsidiariamente, demais legislação aplicável.

## ANEXO I

### DECLARAÇÃO

(modelo)

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“AJUSTE DIRETO N.º 54CM/ANSR/2024 – Aquisição de serviços de impressão, scanner e manutenção”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
  - a. ...
  - b. ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os

documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ... (data), ..... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

## ANEXO II

### PROPOSTA

(modelo)

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

\_\_\_\_\_ [denominação social, sede, capital social, número de identificação fiscal e número de matrícula no registo comercial], representada por \_\_\_\_\_ [nome, número do documento de identificação e morada] tendo tomado perfeito conhecimento do teor do Convite e do Caderno de Encargos do Procedimento com a ref.<sup>a</sup> **AJUSTE DIRETO N.º 54CM/ANSR/2024 – “Aquisição de serviços de impressão, scanner e manutenção”**, propõe-se prestar os serviços objeto do presente procedimento, nos seguintes termos:

Declara também que se obriga a executar a prestação de serviços, pelo preço global de \_\_\_\_\_ € (\_\_\_\_\_ euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, parâmetro base do preço contratual, conforme disposto no artigo 47.º do CCP, nos termos do disposto do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, o qual acresce imposto sobre o valor acrescentado do IVA.